

J. Freitas



Na reunião da Comissão de Justiça, Antonio Carlos (*sentado*) conversa com Eduardo Azeredo (E), Demostenes Torres e César Borges

Projetos votados na CCJ tornam mais severas a Lei das Inelegibilidades e a prestação de contas

Aprovado maior rigor na lei que regula eleições

Um dos projetos acolhidos pela Comissão de Justiça considera inelegíveis para qualquer cargo os candidatos que tiverem sido condenados por todas as instâncias da Justiça Eleitoral, sem necessidade de manifestação do STF. A outra proposta aumenta as exigências relacionadas à prestação de contas. **Página 5**

Renan: fim da reeleição será incluído na pauta

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a proposta de emenda à Constituição que acaba com a possibilidade de reeleição para presidente da República será prioridade na pauta do Congresso neste ano. Renan esclareceu que a norma não valerá para as eleições de 2006, pois a Constituição proíbe mudança nas regras eleitorais faltando menos

de um ano para o pleito. Ele fez a declaração depois de se reunir com o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, com quem conversou sobre a compatibilização das atividades legislativas das duas Casas com a campanha eleitoral, no segundo semestre. Renan disse ainda que a pauta será suprapartidária para votar o que for de interesse do país. **Página 7**

Gerardo Magela



Renan (E) conversa com Aldo Rebelo: primazia também para proposta que altera regras sobre exame das medidas provisórias

Tráfico de pessoas para emigração vira crime

O Plenário aprovou ontem oito projetos, inclusive um da CPI Mista da Emigração Ilegal que define como crime o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração. O texto retornará a Plenário para um segundo turno de votação. A proposta resultou da preocupação com o fato de que, no ano passa-

do, 25 mil brasileiros foram presos tentando atravessar ilegalmente a fronteira do México com os Estados Unidos. Os parlamentares entenderam que existe, no Brasil, uma indústria da emigração ilegal. A pauta voltou a ser trancada ontem pela chegada de medidas provisórias. **Página 3**

Márcia Kolumbe



o contrário do de 2003, o atual censo previdenciário recebeu elogios em audiência com Nelson Machado (D), presidida por Sérgio Cabral. **Página 3**

Congresso aumenta investimentos para R\$ 21,2 bilhões

O relatório final do Orçamento da União para este ano aumenta os investimentos federais de R\$ 14,3 bilhões para R\$ 21,2 bilhões – um acréscimo de R\$ 6,9 bilhões, ou 48,2%. Os recursos decorrem de reestimativa de arrecadação, com a qual não concorda o governo. **Página 4**

Nova forma de pagamento pode acabar com o benefício, adverte Paim. Mudança incluída na MP que reajusta a tabela do Imposto de Renda também recebeu críticas de Zambiasi

Paim condena incorporação do vale-transporte ao salário

Paulo Paim (PT-RS) anunciou ontem, em Plenário, que apresentará emenda para suprimir da Medida Provisória (MP) 280/06 artigo que prevê a incorporação do valor do vale-transporte ao salário dos trabalhadores. Editada na semana passada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a MP corrige a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) em 8% e está em exame pela Câmara, para depois ser votada pelo Senado.

Na avaliação de Paim, o pagamento do vale-transporte em dinheiro poderá acarretar prejuízos ao trabalhador a médio e longo prazos e contribuir para exclusão de outros direitos obtidos a partir



José Cruz

Paim quer modificar MP que prevê o pagamento do benefício em dinheiro

da organização do movimento sindical, como o benefício do vale-alimentação.

– A MP 280 tem um lado positivo, que é a correção da tabela do Imposto de Renda, mas o artigo que trata do pagamento do vale-

transporte em dinheiro precisa ser modificado. O vale-transporte foi uma conquista dos trabalhadores e vai desaparecer, se for incorporado ao salário. E já há um movimento muito forte para que também o tíquete-alimentação seja pago em dinheiro. Nessa sequência, estaremos abrindo mão de uma série de direitos obtidos pelos trabalhadores – alertou o senador.

Paim disse que também irá requerer a realização de audiência pública na Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência para debater a questão. A subcomissão é presidida por ele e funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Mudança no benefício vai prejudicar os trabalhadores, afirma Zambiasi

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) criticou dispositivo que prevê o pagamento do benefício do vale-transporte em dinheiro, contido na MP 280/06. Conforme o senador, os trabalhadores serão prejudicados com a proposta, que deveria ser apresentada em projeto de lei e analisada nas comissões.

– É no mínimo inoportuno colocar essa questão como medida provisória. O tema deveria ser debatido em projeto de lei nas comissões, para aprofundar a discussão sobre qualquer alteração. Da forma como foi apresentada, a questão do pagamento do vale-

transporte em dinheiro pode resultar em sério prejuízo aos trabalhadores, sacrificar suas idas e vindas e suas opções de lazer – disse o senador.

De acordo com Zambiasi, o vale-transporte é um direito dos trabalhadores há 20 anos e favorece a redistribuição de renda no país. O pagamento do benefício em dinheiro, previu, estimulará o aumento do número de assaltos, pois o trabalhador será obrigado a andar com o valor destinado ao pagamento da tarifa de transporte na carteira.

Em seu discurso, o senador pelo



José Cruz

Mudança no vale-transporte deveria ser discutida nas comissões, diz Zambiasi

Rio Grande do Sul citou dados da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTC), segundo os quais o índice de utilização do vale-transporte em Brasília (DF) é de 65,12 %, e em Porto Alegre, de 54,7 %. Em apêndice, apoiaram Zambiasi os senadores Valmir Amaral (PTB-DF) e Heráclito Fortes (PFL-PI).

Serys pede aprovação de regra para aposentadoria de mulheres policiais

Ao salientar que a policial civil brasileira é a única trabalhadora formal cuja condição feminina não é reconhecida no momento da aposentadoria, Serys Shlessarenko (PT-MT) pediu a aprovação de projeto do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que institui regras para aposentadoria das mulheres policiais (PLS 275/01).

A senadora ofereceu apoio aos agentes policiais mato-grossenses que se encontram em greve, prometendo que irá se dedicar à causa, especialmente agora que se aproxima o Dia Internacional da Mulher.

Serys também saudou o lança-



Rosewell Pinheiro

Condição feminina da policial civil ainda não é reconhecida, explica Serys

mento, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Programa de Extensão da Indústria Exportadora, que irá beneficiar as empresas madeireiras que atuam no setor moveleiro do estado.

Suplicy saúda a Polícia Militar do Estado de São Paulo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) prestou homenagem à Polícia Militar do Estado de São Paulo, em pronunciamento ontem. Ele lembrou a história da corporação, iniciada no período colonial brasileiro, e a influência da Revolução Francesa na formação das tropas regulares da época, além de enaltecer o trabalho da instituição no âmbito das comunidades da capital paulista.

Suplicy elogiou o atual comandante da Polícia Militar de



Rosewell Pinheiro

Eficiência da corporação e dedicação à população são enaltecidas por Suplicy

São Paulo, coronel Elizeu Eclair Borges, destacando a eficiência dos seus 93 mil subordinados e sua dedicação à população nos momentos mais críticos, como na ocorrência de incêndios e enchentes, comuns nas grandes cidades do estado, principalmente na capital.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão não deliberativa

O Plenário promove sessão não deliberativa às 14h. Estão previstos apenas pronunciamentos dos parlamentares. A análise de projetos será retomada após o Carnaval, quando os senadores discutem medidas provisórias que chegaram ao Senado nesta semana e trancam a pauta de votações.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Antero Paes de Barros, João Batista Motta, Flexa Ribeiro, Sibá Machado, Aelton Freitas, Romeu Tuma, Valdir Raupp e Eduardo Suplicy e pelas senadoras Serys Shlessarenko e Heloísa Helena

Conflitos fundiários no Pará serão debatidos em audiência pública

O desmatamento, a grilagem de terra e a violação dos direitos humanos no Pará serão debatidos em audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) que será realizada em Belém, em data a ser marcada. Requerimento nesse sentido, de Ana Júlia Carepa (PT-PA), foi acolhido ontem.

Os três temas constam de relatório apresentado no fim de 2005 pela Comissão Pastoral da Terra e pelas entidades Terra de Direitos e Justiça Global. As informações contidas no documento intitulado Violação dos Direitos Humanos na Amazônia: Conflito e Violência na Fronteira Paraense serão usadas como base do debate. Entre elas, a de que somente três dos 772 julgamentos de mandantes de assassinatos vinculados a conflitos fundiários ocorreram entre 1971 e 2004.

Durante a discussão do requere-

rimento, Paulo Paim (PT-RS) disse que o quadro de violação dos direitos humanos na Amazônia justifica a presença da comissão na região. Ele informou que assina o documento com Ana Júlia.

Cobaias

Também aprovado requerimento do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que sugere a presença de representante do Ministério das Relações Exteriores na reunião a ser realizada em 8 de março sobre denúncias de uso de cobaias humanas em pesquisas na Amazônia.

Outro requerimento de Cristovam, a respeito da situação dos presídios brasileiros, foi igualmente acolhido pela comissão. O último requerimento aprovado, este de Paulo Paim, determina a realização de audiência sobre a situação dos jovens que sofrem de dependência química.

Mudança no Código Penal foi proposta pela CPI da Emigração Ilegal, que constatou a cobrança de até US\$ 10 mil, pelos aliciadores, para o ingresso ilegal nos Estados Unidos

José Cruz



Proposta foi aprovada ontem pelos senadores em primeiro turno e volta a Plenário para votação em segundo turno

Aliciamento de emigrante ilegal deve ser tipificado como crime

O Senado aprovou ontem projeto que altera o Código Penal para definir como crime o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração. De iniciativa da CPI da Emigração Ilegal, a proposta foi votada em primeiro turno e volta a Plenário para exame em segundo turno.

O texto insere o tráfico de pessoas entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro. O projeto (PLS 15/06) resultou da preocupação com o fato de 25 mil brasileiros terem sido presos tentando atravessar ilegalmente a fronteira do México com os

Estados Unidos, em 2005. Os parlamentares entenderam que esse número revela a existência, no Brasil, de verdadeira indústria da emigração ilegal.

A investigação da CPI constatou que os aliciadores de brasileiros para emigração cobram em torno de US\$ 10 mil por “pacote” para o ingresso ilegal nos EUA. Atualmente, o favorecimento à entrada irregular de pessoas em território estrangeiro visando obter lucro não é punido pela legislação brasileira. Com isso, os aliciadores, conhecidos como “coiotes”, só podem ser

condenados por crimes como os tributários ou o de evasão de divisas.

Na mesma sessão, os senadores aprovaram outras sete projetos, entre os quais o texto relativo ao Acordo Constitutivo da Organização Internacional da Vinha e do Vinho, assinado pelo Brasil em 1991 (PDL 33/06), que agora vai à promulgação.

Foi também acolhida a proposição referente a acordo entre o Brasil e a Tailândia sobre cooperação técnica em medidas sanitárias e fitossanitárias, celebrado em 2004 (PDL 39/06).

Márcia Kallume



Sérgio Cabral (E) acompanha exposição do ministro da Previdência, Nelson Machado

Censo previdenciário em curso no país é elogiado pelos senadores

Os senadores que estiveram ontem na audiência pública com o ministro da Previdência Social, Nelson Machado, na Subcomissão do Idoso, foram unânimes em elogiar o censo previdenciário adotado pelo governo.

No modelo atual, os beneficiários que participam do censo previdenciário têm 120 dias para comparecer aos bancos e entregar o formulário preenchido, apresentando CPF, comprovante de residência e um documento de identidade original com foto. Ao contrário do que ocorreu no censo anterior, hoje todas as etapas do cadastramento são realizadas nas agências bancárias, ou seja, nos próprios locais onde os aposentados e pensionistas recebem seus benefícios.

Segundo o ministro, 74% dos beneficiários convocados em outubro já fizeram seu cadastramento. O prazo para atualizar as informações dessa primeira turma de 2,4 milhões de pessoas encerra

amanhã. Quem foi informado em novembro tem até março para atualizar seus dados, enquanto os convocados em dezembro devem regularizar sua situação, no máximo, em abril.

Sérgio Cabral (PMDB-RJ), presidente da Subcomissão do Idoso, indagou ao ministro sobre a expectativa de economia que o governo federal fará após a realização do censo. Nelson Machado disse não ser possível fazer previsão, mas garantiu que, quando os dados da primeira convocação forem fechados, no início de março, ele divulgará o resultado parcial.

Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), e Garibaldi Alves (PMDB-RN) ressaltaram a importância do censo. Por sua vez, Paulo Paim (PT-RS) registrou que o fundamental do cadastramento será o combate à sonegação e à corrupção.

Cuidados no transporte de animais e alimentos entre Brasil e Líbano

O projeto que confirma acordo de cooperação entre Brasil e Líbano sobre procedimentos sanitários e fitossanitários para evitar contágio de doenças no transporte de alimentos ou animais foi acolhido ontem pelo Plenário. A matéria (PDL 41/06) vai a promulgação.

Gerson Camata (PMDB-ES) elogiou a iniciativa e lembrou que o Brasil tem 7 milhões de descendentes de libaneses. Segundo observou, é costume, quando visitam o Líbano, esses brasileiros levarem doces, mudas de plantas ou animais, como gato e cachorro, para seus parentes, obtendo delicadezas semelhantes.

A proposta teve origem na intervenção de entidades da Organização das Nações Unidas (ONU) e de países do Oriente Médio, que viram nessa troca de presentes um

risco potencial para a transmissão de doenças.

Também acolhido e enviado a promulgação, o PDL 43/06 aprova acordo entre Brasil e Estados Unidos para a promoção da segurança da aviação.

Da mesma forma, foi aprovado e enviado à sanção presidencial o PLC 79/05, que institui a data de 5 de maio como o Dia Nacional do Líder Comunitário. De iniciativa do deputado Neucimar Fraga (PL-ES), o projeto visa reconhecer a importância dos serviços prestados pelos líderes comunitários à sociedade.

O Plenário acolheu ainda o PLC 80/05, que estabelece o Dia Nacional da Matemática. Em razão de ter recebido emenda de ordem técnica do relator, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), o projeto volta ao exame da Câmara.

MPs chegam da Câmara e já trancam a pauta

Na presidência da sessão plenária de ontem, o vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), anunciou que os projetos de lei de conversão oriundos das Medidas Provisórias (MPs) 269 a 273, que foram enviados pela Câmara, estão com o prazo estipulado para exame do Congresso esgotado. Por esse motivo, até que sejam votadas, essas proposições passaram a sobrestar todas as demais deliberações legislativas do Senado. A vigência dessas MPs foi prorrogada por mais 60 dias, mas se esgota nos primeiros dias de abril.

Em razão do trancamento da pauta, Tião Viana anunciou que estava incluindo tais matérias na ordem do dia da sessão deliberativa do dia 7 de março.



Luiz Otávio pede que presidente Lula dê uma solução para o problema

Luiz Otávio cobra liberação de recursos da Lei Kandir

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) manifestou indignação pelo que considera falta de sensibilidade da equipe econômica, ao denunciar que até o momento não foram liberados os recursos previstos pela Lei Kandir. A lei prevê a compensação aos estados exportadores pela isenção da cobrança do ICMS. O parlamentar apelou ao presidente Lula para que dê uma solução ao problema. Ele disse ter colocado a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), da qual é presidente, à disposição do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, visando encontrar uma solução conjunta para o impasse.



Pavan reclama que estados sulistas sofrem contingenciamento de recursos

Região Sul é discriminada pelo governo, diz Pavan

Leonel Pavan (PSDB-PR) reclamou do contingenciamento de recursos destinados aos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, estados que, conforme disse, tiveram contribuição expressiva para que o Brasil alcançasse um saldo positivo na balança comercial. O senador afirmou que as federações das indústrias dos três estados estariam enviando ao Congresso, ainda nesta semana, relatório indicando as necessidades de investimento em infra-estrutura na região, em especial, rodovias, portos e aeroportos. Segundo Pavan, nos estados do sul, as pesquisas de intenção de voto não indicariam a reeleição de Lula.

Relatório final apresentado ontem revela que parlamentares privilegiaram obras de saneamento urbano, hospitalares, casas populares e rodovias

Congresso aumenta em quase 50% os investimentos federais

O Congresso está aumentando os investimentos federais de R\$ 14,3 bilhões para R\$ 21,2 bilhões – um acréscimo de 48,2%. É o que revela o relatório final do Orçamento da União para este ano, apresentado ontem pelo deputado Carlito Merss (PT-SC). Os parlamentares privilegiaram obras de saneamento urbano, hospitalares, casas populares e rodovias, áreas que levarão a mais R\$ 3,6 bilhões.

Os recursos dos novos investimentos se tornaram possíveis graças a uma reestimativa de R\$ 15,6 bilhões feita pelos deputados e senadores, que não tem apoio do governo. Por causa disso, os ministros da Fazenda e do Planejamento já advertiram o relator-geral que o presidente Lula deverá fazer um contingenciamento “de 10 a 15 bilhões de reais” assim que o projeto chegar ao Palácio



Relator-geral, Carlito Merss conta com recursos de reestimativa

do Planalto. O relatório geral projeta uma arrecadação de R\$ 455,6 bilhões ao longo deste ano, incluindo a arrecadação do INSS (R\$ 123,6 bilhões). Este valor é 3,5% superior ao máximo que o Ministério da Fazenda prevê arrecadar em 2006.

A reestimativa da arrecadação proposta pelo Congresso permitirá que o governo aumente o salário mínimo em 1º de abril de R\$ 300 para R\$ 350 (custo para o governo de R\$ 5,7 bilhões) e con-

ceda reajustes ao funcionalismo para que todos tenham no governo Lula no mínimo 29% (gasto de R\$ 5,1 bilhões). O relator destina ainda R\$ 3,4 bilhões para os estados, para ressarcimento de isenções de imposto nas exportações. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico (Fundeb), ainda em votação final no Congresso, contará com outros R\$ 550 milhões – o Executivo não havia colocado verbas para sua implantação.

Entre os beneficiados com a reestimativa feita pelo Congresso também estão os anistiados políticos que já tiveram processos aprovados. Eles tinham uma verba de R\$ 167 milhões e receberão mais R\$ 200 milhões no Orçamento. A dívida do governo com os 6.600 anistiados já passa de R\$ 2 bilhões.

Saúde e estados, pontos polêmicos do relatório

O relatório final sobre o projeto do Orçamento da União para este ano, apresentado pelo deputado Carlito Merss, deverá ser motivo de muita discussão dentro do Congresso. Merss ainda não resolveu dois problemas, que podem levar os partidos de oposição a obstruir as votações do relatório, a partir do dia 7 de março.

O primeiro: ele destina R\$ 3,4 bilhões para ressarcir os estados por isenções de ICMS nas exportações (Lei Kandir), mas os governadores querem no mínimo R\$ 5,2 bilhões. Mesmo assim, Carlito Merss colocou no relatório que a verba estará em

uma “reserva especial” e só será liberada se o Congresso aprovar uma lei de regulamentação do fundo de ressarcimento previsto na Lei Kandir.

A exigência mostra que o governo finalmente está disposto a enfrentar o problema, inclusive promovendo alterações nos atuais critérios de distribuição do dinheiro do fundo. O Ministério da Fazenda reclama que os estados de São Paulo e de Minas Gerais são privilegiados. Ainda em março secretários de Fazenda, governadores e o ministro da Fazenda reúnem-se, em Brasília, para tentar um acordo sobre a

regulamentação do fundo e os novos critérios de distribuição.

O segundo problema que ainda vai gerar longos debates está na área de saúde. Para cumprir os gastos previstos na Constituição com o setor, o relator reservou uma verba de R\$ 1,1 bilhão. Mas ele não quer que todo o dinheiro se destine ao pagamento de cirurgias de média e alta complexidade, como querem os hospitais conveniados do Sistema Único de Saúde, e ainda pretende tirar R\$ 245 milhões da verba da saúde para a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que perdeu dinheiro na tramitação do Orçamento.

Jucá pede isenção para aprovar projeto orçamentário de 2006

O vice-líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que o relatório do Orçamento da União de 2006, apresentado ontem pelo relator-geral, deputado Carlito Merss, só será discutido e votado pelo Congresso após o Carnaval. Segundo ele, a aprovação da matéria estaria acima do debate

político-partidário.

O senador destacou a ampliação dos recursos para instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), contemplada com mais de R\$ 1 bilhão. Jucá assinalou ainda a criação de R\$ 15 bilhões em receitas novas, iniciativa apontada como importante para



Romero Jucá ressalta a ampliação dos recursos do Orçamento

tornar a proposta orçamentária compatível com as necessidades do país.



Lúcia Vânia elogia proposta de Antonio Carlos que institui orçamento impositivo

Contingenciamento faz o Congresso de bobo, diz Lúcia Vânia

A fragilidade da peça orçamentária que tramita todos os anos no Congresso foi apontada ontem por Lúcia Vânia (PSDB-GO). A senadora ressaltou que o próprio Plano Plurianal anda a reboque do Orçamento. Ela homenageou o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), por entender que o projeto apresentado por ele instituindo o orçamento impositivo é uma importante contribuição.

Para a senadora, ao avisar que irá bloquear de R\$ 10 bilhões a R\$ 15 bilhões das despesas orçamentárias ainda não aprovadas, “o presidente Lula e sua equipe econômica estão tentando fazer o Congresso de bobo”.



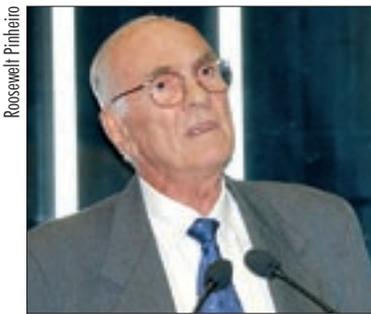
Mão Santa afirma que governo federal não tem obra nova no estado

Mão Santa aponta Piauí como cemitério de obras inacabadas

Ao comentar a ida, ontem, do presidente Lula a Parnaíba, município do litoral piauiense, o senador Mão Santa (PMDB-PI) leu, em Plenário, trechos de artigo do jornalista Zózimo Tavares que aponta o estado como cemitério de obras federais inacabadas.

– A rigor, o governo federal não tem obra nova no Piauí. A única novidade que havia sido anunciada foi a construção de um presídio de segurança máxima que seria inaugurado pelo traficante Fernandinho Beira-Mar – disse o senador.

Ele também apelou ao presidente da República para que não vete o projeto de renegociação de dívidas rurais no Nordeste.



Segundo Saturnino, governo federal vai destinar verba de R\$ 270 milhões

Saturnino anuncia ação para enfrentar a violência no Rio

Roberto Saturnino (PT-RJ) anunciou, no Plenário, que o governo federal aplicará, este ano, R\$ 270 milhões da verba orçamentária e destacará 10 mil policiais da Guarda Nacional para combater a criminalidade no Rio de Janeiro, em ação conjunta com o estado e a prefeitura.

Está prevista, segundo o senador, a criação de “brigadas socorristas”, que deverão arregimentar jovens na ação de combate ao crime. Além disso, destacou Saturnino, haverá a participação da comunidade, particularmente dos moradores das favelas da Rocinha e do Vidigal, “que são os mais atingidos pelo banditismo”.



Magno Malta defende uso das Forças Armadas em conjunto com a PF

Malta quer medidas duras no combate ao narcotráfico

Magno Malta (PL-ES) defendeu ontem a adoção de medidas duras e a aprovação de uma legislação de exceção com validade de dez anos para combater o tráfico de drogas no Brasil. Ele propôs, por exemplo, a flexibilização da lei para a criação de pelotões de enfrentamento ao narcotráfico dentro da estrutura da Marinha, Exército e Aeronáutica. Os militares atuariam, em conjunto com a Polícia Federal, no patrulhamento das fronteiras do país.

Outra sugestão do senador capixaba visa à criação de um mecanismo tecnológico que consiga identificar quais veículos estão transportando drogas escondidas em suas cargas.

Além de considerar definitivas decisões da Justiça Eleitoral relacionadas a representação, proposta do Senado inclui a lavagem de dinheiro e a improbidade administrativa entre os crimes que podem tornar o cidadão inelegível

Projeto que impõe mais rigor à Lei das Inelegibilidades passa na CCJ

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado estabelece que são inelegíveis para qualquer cargo as pessoas que tiverem contra si representação julgada pela Justiça Eleitoral exaurindo todas as suas instâncias. A proposta, que altera a Lei das Inelegibilidades, tem como primeiro signatário o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente da Casa. O relator da matéria é José Jorge (PFL-PE).

A legislação em vigor prevê recurso aos órgãos da Justiça Eleitoral – entre eles o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – e ao Supremo Tribunal Federal (STF) nos casos de indeferimento nos juízos eleitorais. Conforme o projeto, que vai agora à deliberação do Plenário, a decisão da Justiça Eleitoral passa a ser definitiva, não sendo mais possível recorrer ao STF.

Entre os crimes que poderão resultar em inelegibilidade, a proposição do Senado (PLS 390/05) inclui a lavagem de dinheiro, o ato



Antonio Carlos (sentado) discute propostas com senadores na Comissão de Justiça

doloso de improbidade administrativa, os crimes contra a ordem tributária ou qualquer outro crime a que a lei atribua pena máxima não inferior a dez anos.

O senador Sibá Machado (PT-AC), que teve rejeitadas cinco emendas, afirmou que a proposta é rigorosa demais, porque acaba com a possibilidade de recurso às instâncias superiores.

– Uma pessoa só deve ser punida com a proibição de se

candidatar após a decisão final da Justiça e deve ter o direito de recorrer às instâncias máximas – assinalou Sibá.

Por sua vez, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) argumentou em defesa da medida que, pela norma atual, criminosos perigosos, presos por tráfico de drogas ou homicídio, cujos processos ainda não tenham transitado em julgado, podem concorrer a cargos eletivos.

Julgamento da prestação de contas antes da diplomação

Outro projeto aprovado ontem pela CCJ, dessa vez em decisão terminativa, torna mais rigorosa a prestação de contas dos candidatos a cargos eletivos, estabelecendo que tanto o julgamento das contas dos candidatos eleitos como a divulgação de seu resultado devem ocorrer antes da diplomação.

Além disso, o processo de prestação de contas poderá ser reaberto a qualquer tempo, se surgirem novas informações. Terão competência para formular o pedido o Ministério Público, partido político e o próprio candidato, nesse caso, para fins de retificação de dados.

A proposta, cujo primeiro signatário é também Renan Calheiros, e que tem como relator José Jorge, estabelece que a rejeição de contas de campanha por conduta dolosa, em decisão que tenha esgotado todas as instâncias, impede a diplomação ou implica a perda do mandato.

Proposta acaba com recursos que visam protelar decisões judiciais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei da Câmara dos Deputados que tem como objetivo reduzir o número de recursos na Justiça, “muitos deles interpostos com a única finalidade de protelar a decisão da sentença”, como argumenta o autor da matéria, deputado Colbert Martins. O relator da proposta, senador Demostenes Torres (PFL-GO), acredita que a aprovação da medida vai acelerar a tramitação dos processos judiciais.

De acordo com a proposição, o recurso de apelação interposto contra sentença proferida em ações regidas pelo Código de Processo Civil (CPC) poderá passar a ser recebido tão-somente no efeito devolutivo, possibilitando a execução provisória do julgado, salvo quando puder causar dano irreparável à parte, caso em que o juiz poderá fixar efeito suspensivo.

Pela atual regra do CPC, a

apelação, que é o recurso cabível contra as sentenças que extinguem o processo com ou sem julgamento do mérito, possui dois efeitos: o devolutivo e o suspensivo. Demostenes Torres explica que a diferença é que o efeito suspensivo, como o próprio termo já indica, suspende a decisão do juiz e o tribunal tem que julgar a ação novamente.

– Já no efeito devolutivo fica valendo a decisão do juiz enquanto o recurso estiver sendo discutido.

Demostenes sugeriu que, na análise do projeto, o Congresso poderia optar entre duas soluções. “Ou perseguir a celeridade processual, com a inversão da regra geral do efeito suspensivo nas apelações, ou privilegiar a integridade da jurisdição, evitando a execução de julgados, mesmo que provisoriamente, antes da sua confirmação em instância superior, caso haja apelação da sentença de primeiro grau, conforme o sistema vigente”, explicou.

Punição maior nos crimes contra sistema financeiro

Os crimes contra o sistema financeiro nacional terão as penas agravadas e a liberdade provisória somente poderá ser concedida mediante pagamento de fiança, cujo valor será estabelecido levando-se em conta a vantagem auferida com a prática do delito. É o que determina substitutivo do senador Edison Lobão (PFL-MA) a projeto de lei do senador Demostenes Torres (PFL-GO) aprovado ontem em turno suplementar, com decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A proposta (PLS 439/03), que aumenta a punição de 23 crimes praticados contra o sistema financeiro (Lei 7.492/96), também determina que os condenados terão que iniciar o cumprimento da pena em regime fechado e especifica o tipo penal de gestão fraudulenta de instituições financeiras. Pelo projeto, gerir fraudulentamente instituição financeira, dando causa à decretação da intervenção, da liquidação extrajudicial ou da falência, pode resultar em reclusão de seis a 15 anos e multa. Se a gestão for temerária, a pena prevista é de quatro a dez anos, mais multa.

– Além do aumento expressivo das penas, o réu terá que começar a cumprir a pena em regime fechado e, para sair em liberdade provisória, terá que ter cumprido pelo menos metade da pena e pagar fiança fixada com base no crime cometido, o que dificulta o livramento condicional – explica Demostenes Torres.

O senador esclarece ainda que, pela legislação em vigor, as raras vezes em que alguém é condenado por algum dos crimes previstos tipificados na mencionada lei, a pena imposta é, geralmente, inferior a quatro anos.

Fundeb

A Comissão de Justiça também aprovou requerimento para a realização de duas audiências públicas (já marcadas para os dias 7 e 9 de março), com o fim de discutir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Nas audiências, propostas pelos senadores José Jorge (PFL-PE) e Tasso Jereissati (PSDB-CE), deverão ser ouvidos especialistas e autoridades da educação.



Segundo o Datafolha, Lula venceria no primeiro e segundo turnos, anuncia Ideli

Ideli registra favoritismo do presidente

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) registrou em Plenário, ontem, pesquisa divulgada pelo instituto Datafolha que indica o presidente Lula como vencedor no primeiro e no segundo turnos da eleição presidencial deste ano. Em pesquisa anterior, os resultados indicaram que o atual presidente seria derrotado pelo prefeito de São Paulo, José Serra, que disputa com o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, a indicação do PSDB para concorrer à Presidência da República.

A líder do PT no Senado adiantou que Lula dirá até o fim do primeiro semestre se é candidato à reeleição.



Para José Jorge, Lula mantém governo em ritmo de campanha eleitoral

Dinheiro público constrói palanque, acusa José Jorge

José Jorge (PFL-PE) acusou o presidente Lula de fazer campanha eleitoral “sob a capa de inaugurações de obras nos estados”. O senador citou como exemplo a viagem do presidente da República a Pernambuco, no início da semana, onde, conforme afirmou, “não havia nada para inaugurar, nem mesmo pedra fundamental para descerrar”.

– Mas ele foi, percorreu cinco cidades em um dia, em autêntico ritmo de campanha eleitoral. O que ele fez foi construir palanques com dinheiro público e isso precisa parar – advertiu o senador, acrescentando que “essas práticas eleitoreiras são um desprestígio para a democracia”.

“Falta decoro ao presidente da República”, diz senador, que vê o prefeito de São Paulo atado ao compromisso com os eleitores paulistanos de não abandonar o cargo

Jefferson propõe Lula e Serra fora das eleições presidenciais

Os dois principais candidatos à Presidência da República nas próximas eleições, Luiz Inácio Lula da Silva, pelo PT, e José Serra, pelo PSDB, estão, na avaliação do senador Jefferson Péres (PDT-AM), impedidos de disputar o pleito. O motivo apontado pelo senador ontem, em Plenário, é que Lula já se encontra, inclusive, impedido moralmente de continuar até à frente do governo, diante dos escândalos que se sucedem. Quanto a Serra, Jefferson lembrou solene compromisso assumido perante os eleitores da cidade de São Paulo de que não disputaria a Presidência caso ganhasse as eleições para a prefeitura em 2004, como ocorreu.



Jefferson afirma que, se os dois desistirem, também renunciará à sua candidatura

– Seria mais ético se os dois abrissem mão das candidaturas – aconselhou Jefferson Péres, ao deixar claro que, se isso ocorresse, também renunciaria à sua candidatura, pelo PDT, à Presidência da República.

Objetivo das viagens é desviar atenção, afirma Virgílio

Arthur Virgílio (PSDB-AM) reconheceu ontem que a pesquisa de opinião feita pelo instituto Datafolha “bate” com os resultados das pesquisas para uso interno encomendadas pelo PSDB. A pesquisa Datafolha, divulgada ontem, mostra que o presidente Lula tem 39% das intenções de voto e o prefeito de São Paulo, José Serra, 31%, no primeiro turno. No segundo turno Lula tem 48% e Serra, 43%.

– Não sei se o presidente Lula agüenta uma campanha com corrupção estourando todos os dias – observou.

Para Virgílio, as viagens que o presidente Lula tem feito para “lançar pedras fundamentais” visam “desviar os olhares dos descabros da corrupção que



Virgílio diz que não sabe se Lula agüenta campanha eleitoral com tantas denúncias

corroeram a imagem do PT e desmontaram o presidente da República”. O senador também comentou o ressurgimento do ex-ministro José Dirceu como conselheiro de campanha.

– Bastou a situação melhorar um pouquinho e José Dirceu já põe a cabecinha para fora, como

Para o senador, Lula é responsável pela “corrupção sistemática” que se espalha pelo país. Segundo Jefferson, falta decoro a Lula quando percorre o Brasil de ponta a ponta fazendo campanha política, apesar de dizer que ainda não decidiu se é ou não candidato, “quando todos sabem que ele é candidatíssimo”.

Com relação a Serra, o senador reconheceu que o candidato tucano, “apesar de ser melhor preparado do que Lula”, peca por teimar em disputar o Palácio do Planalto após garantir aos eleitores que não abandonaria a prefeitura paulistana. A seu ver, palavra empenhada deve ser mantida, e não rasgada.

se não estivesse cassado por ser o chefe do mensalão – afirmou.

Questionado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre suas diferentes posturas diante das duas mais recentes pesquisas de opinião, Arthur Virgílio explicou que questionou a realizada pela CNT-Sensus e não as outras.

– Se Lula vinha crescendo nas pesquisas, como tinha vantagem maior em relação ao prefeito José Serra antes do que agora? É no mínimo estranho – frisou.

Quanto à realização de prévias no PSDB para escolher o candidato que concorrerá à eleição para a Presidência da República, o senador assinalou que existe a peculiaridade de que o candidato precisa ser instado pelo partido e não por vontade própria.

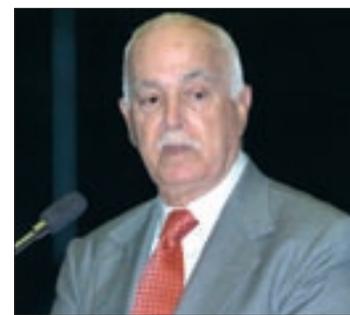


Para Tebet, quadro político ficaria mais bem definido com a promulgação

Tebet pede a Renan que promulgue fim da verticalização

Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu urgência na definição das regras para as eleições deste ano. O senador reconheceu não haver tempo para a aprovação de uma reforma política ampla como o país precisa, mas afirmou que é preciso começar pela promulgação da emenda constitucional que acaba com a verticalização.

– Às vezes é preciso ousar: conclamo o presidente Renan a promulgar, de imediato, a emenda que derruba a verticalização – sugeriu, ao dizer que será muito ruim para os parlamentares a volta às suas bases para o feriado de carnaval sem a definição das regras eleitorais.



Presidente do TRE tem parentes em todos os tribunais da Bahia, denuncia ACM

Antonio Carlos volta a condenar prática de nepotismo

Em discurso ontem, em Plenário, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) conclamou os integrantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – que em breve farão uma viagem à Bahia – a que atentem para as denúncias de nepotismo que pesam contra o atual presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do estado, Carlos Alberto Dutra Cintra.

– O presidente do TRE continua a fazer das suas ações nocivas, inclusive desrespeitando o cargo que exerce. Peço que o CNJ olhe o número de parentes de Dutra Cintra em todos os tribunais da Bahia. Há cunhados e irmãs dele, inclusive julgando processos no interior – disse Antonio Carlos.

“Oposição não deixará denúncias no esquecimento”

Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou, em discurso no Plenário ontem, que não haverá “memória seletiva” na campanha para a Presidência da República neste ano. Ele garantiu que a oposição irá lembrar e exigir a apuração de fatos que o governo preferiria esquecer, como o do assessor do PT que foi surpreendido com US\$ 100 mil escondidos na cueca.

– Cueca suja não honra gover-



Heráclito anuncia que oposição irá exigir apuração de todas as denúncias

no que prega moralidade aqui e pratica sujeira acolá – afirmou.

O senador acredita que o empresário Marcos Valério – acusado de envolvimento no suposto esquema do mensalão – apenas foi usado como “la-

ranja” em um esquema de corrupção. Heráclito disse que o PT não tem coragem de convidar para liderar o partido senadores como Tião Viana (AC) ou Sibá Machado (AC), pois nenhum deles aceitaria defender da tribuna questões de interesse do partido que estão sendo apontadas como irregulares e investigadas por comissões parlamentares de inquérito.

O parlamentar criticou ainda a viagem que o presidente da República fez à cidade de Parnaíba (PI) e assinalou que o povo daquela cidade “quer obras de infra-estrutura em vez de discurso”.



Para Heloísa, o atual governo é o que oferece melhores condições aos bancos

Heloísa Helena critica transferência para setor financeiro

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) disse que há no país uma "brutal transferência de renda dos assalariados e do setor produtivo para o setor financeiro". Ela afirmou que os grandes bancos brasileiros comemoram hoje os maiores lucros da história dos bancos na América Latina.

— É difícil de aceitar que isso se dê exatamente no governo do presidente Lula — frisou Heloísa.

Na opinião da senadora, existem outras opções de política econômica para o país, como o estabelecimento do controle de capitais e o aumento do investimento em políticas sociais que gerem emprego.



"A injustiça tributária trava o desenvolvimento do país", diz Motta

Motta pede a criação de uma nova ordem tributária nacional

João Batista Motta (PSDB-ES) criticou o sistema tributário nacional, que, segundo ele, favorece as desigualdades regionais e sociais.

— Hoje este país enfrenta desafios por uma única razão: nos falta uma nova ordem tributária — disse. Motta sugeriu como soluções, com efeitos positivos sobre a arrecadação e o desenvolvimento nacional, o fim dos impostos declaratórios, a cobrança de 1% sobre movimentações financeiras e a concentração nas áreas de energia elétrica, telefone e petróleo. A idéia é direcionar os esforços do fisco a formas de arrecadação que tornem a cobrança de impostos "invisível e insonegável".

Presidentes do Senado e da Câmara se reúnem para discutir compatibilização das atividades legislativas das duas Casas com o período de campanha eleitoral

Renan anuncia que o fim da reeleição é prioridade na pauta

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem que a proposta de emenda à Constituição (PEC) para acabar com a possibilidade de reeleição de presidente da República será prioridade na pauta do Congresso Nacional deste ano.

— Se não há regras claras para a disputa eleitoral, se não foi aprovada a reforma partidária, se não há instrumentos para fiscalização das eleições, como conviver com reeleição no exercício do mandato? Só com o fim da reeleição — defendeu Renan.

Na opinião do senador, essa é uma PEC que parece consensual. Ele esclareceu que a norma não valerá para as eleições de

2006, pois a Constituição proíbe mudança nas regras eleitorais faltando menos de um ano para o pleito.

A PEC que altera o rito de apreciação das medidas provisórias também será prioridade nessa pauta, informou Renan. A proposta, de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), já foi aprovada pelo Senado e será agora submetida à apreciação da Câmara.

Renan fez a declaração após reunião com o presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo, na qual conversaram sobre as formas de compatibilização das atividades legislativas das duas Casas com a campanha eleitoral, no

segundo semestre. Renan informou que o Congresso Nacional terá uma agenda suprapartidária para votar o que for de interesse do país.

Ao ser perguntado sobre as pesquisas eleitorais do instituto Datafolha, que mostram o presidente Lula à frente do prefeito de São Paulo, José Serra, Renan afirmou que é clara a vantagem de Lula no momento, mas que ainda falta muito tempo para a eleição. Sobre a escolha de um candidato do PMDB, Renan disse que as prévias são instrumento da democracia partidária, mas poderiam ser realizadas em momento mais oportuno, e não agora em março.

Sibá defende unificação de eleições e mandato maior

Sibá Machado (PT-AC) pediu o apoio dos demais senadores a duas propostas de emendas à Constituição (PECs) de sua autoria — a PEC 20/04, que visa unificar as eleições em todo o território nacional, e a PEC 41/03, que objetiva acabar com a reeleição para os cargos do Executivo federal, estadual e municipal e aumentar de quatro para cinco anos o mandato nesses cargos.

Sibá lembrou que apresentou as duas PECs há mais de dois anos, e disse esperar que ambas sejam discutidas com a maior celeridade possível, uma vez que o presidente do Senado, Renan Calheiros, manifestou ser contrário à reeleição.

A PEC 20/04 acrescenta artigo



Dois PECs de autoria de Sibá propõem fim da reeleição e eleições unificadas

ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabelecendo a coincidência dos mandatos federais, estaduais e municipais. Propõe, para isso, a prorrogação dos mandatos dos eleitos em 2008 para seis anos, o que redundaria em uma única eleição em 2014,

conforme explicou.

Para o senador, essa seria também uma forma de o país gastar menos com eleições, uma vez que, hoje, de dois em dois anos, a população vai às urnas e há todo um gasto para isso.

— Somente na eleição de 2004, para os cargos de prefeito e vereador, cerca de R\$ 1 bilhão foram gastos pelo governo para custear um pleito que mobilizou 100 milhões de eleitores — lembrou, argumentando que a unificação das eleições economizaria recursos para investimentos.

Sobre a PEC 41/03, o senador disse considerar importante o fim da reeleição "porque isso atende também ao princípio democrático da rotatividade no poder".

Eleitos devem priorizar reforma, afirma Maciel

Ao comentar o discurso de posse do ministro Gilmar Mendes como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o senador Marco Maciel (PFL-PE) sugeriu que os parlamentares que forem eleitos em outubro deste ano assumam como tarefa prioritária a realização de uma ampla reforma política que, além de modificar a legislação eleitoral, trate de questões referentes à Federação, aos três Poderes e ao funcionamento das



Maciel: Brasil não terá partidos fortes enquanto voto for dado a pessoas

instituições.

Marco Maciel comentou trechos do pronunciamento do novo presidente do TSE, que foi empossado na última terça-feira. No discurso, Gilmar Mendes registrou a adoção das urnas eletrônicas nas eleições, a partir

de 1996, agilizando o resultado da apuração e diminuindo as possibilidades de fraude.

Marco Maciel criticou o sistema utilizado no Brasil para as eleições parlamentares, em que o eleitor vota em um candidato específico. Para ele, o Brasil não terá partidos fortes enquanto o voto for dado a uma pessoa e não a um conjunto de idéias, ou seja, a uma legenda partidária.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) exortou o Congresso e a Justiça Eleitoral a interagirem para aperfeiçoar a legislação e para coibir a corrupção eleitoral e o uso abusivo da máquina administrativa e do poder econômico.



Jonas Pinheiro prometeu buscar soluções para problemas dos produtores rurais

Jonas quer ajuda para o agronegócio brasileiro

Ao alertar para a crise enfrentada pelo agronegócio brasileiro, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) pediu aos agricultores que não desanimem e continuem produzindo em benefício do país. Ele afirmou que todo o esforço está sendo feito para sensibilizar o governo sobre a situação no campo e prometeu mobilizar os senadores na busca de soluções para os produtores rurais.

O senador comentou que o governo federal não pode ficar alheio ao agronegócio, que, afirmou, é responsável por 37% dos empregos gerados no país, por 42% das exportações e 34% do produto interno bruto (PIB).



Segundo Garibaldi, a região de Natal tem a vantagem de ser próxima da Europa

Garibaldi propõe construção de aeroporto de cargas

Garibaldi Alves (PMDB-RN) fez um apelo pela construção de um aeroporto de cargas na região de Natal, para aproveitar a vantagem geográfica de ser aquele o ponto de maior proximidade do Brasil com a Europa. O novo terminal, acrescentou o senador, poderia ser acompanhado de uma zona de livre comércio e serviços, com indústrias e empresas que possam se beneficiar de incentivos fiscais.

— Esse complexo representaria a redenção econômica do Rio Grande do Norte — disse Garibaldi, acrescentando que a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) se dispôs a cobrir parte dos investimentos.



Raupp comemora aprovação do projeto socioeconômico e ecológico no Conama

Zoneamento vai ajudar população de Rondônia, diz Raupp

Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou ontem, em discurso no Plenário, a aprovação, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), do projeto de Zoneamento Sócio-Econômico e Ecológico de Rondônia, “que deve otimizar o aproveitamento do território e orientar as políticas públicas no estado”.

– Esse projeto trará muitos benefícios para a população de Rondônia e servirá como modelo para outros estados brasileiros – disse o senador. Raupp cumprimentou os técnicos que participaram da realização do projeto de zoneamento e agradeceu aos parlamentares que trabalharam pela sua aprovação.



Amir Lando defende esforço conjunto para que obras sejam executadas

Lando vê prejuízo com atrasos em gasodutos na AM

Amir Lando (PMDB-RO) alertou para os prejuízos causados aos cofres públicos pelo que considera “atrasos injustificáveis” nas obras de gasodutos na Amazônia. O parlamentar ressaltou que, enquanto o governo age com lentidão, os brasileiros pagam R\$ 4,5 bilhões por ano (valor de 2005) com a Conta Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), que financia a geração termelétrica. A contribuição é recolhida mensalmente nas contas de luz

– Proponho um grande esforço conjunto para que essas obras possam ser viabilizadas, em benefício não só da economia regional e nacional, quanto do meio ambiente – disse o senador.

Senador diz que a reserva de vagas é uma forma de pagar a dívida do país com a raça negra, mas não pode ser vista como uma solução definitiva que substitui a escola pública de qualidade

Cristovam alerta para risco de o Brasil se tornar um país de cotas

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que o Brasil corre o risco de se tornar “um país de cotas”. Ele disse ser favorável à adoção do sistema para o ingresso nas universidades públicas, mas teme que “o jeitinho das cotas” seja visto como solução definitiva para os problemas educacionais causados, na verdade, pela falta de uma escola pública gratuita de qualidade.

– A verdadeira solução seria uma política que permitisse aos alunos de escolas públicas e de particulares terminarem o ensino médio em condições de igualdade para disputar uma vaga na universidade – disse.

Cristovam, ainda assim, considera que as cotas podem ser uma



Cristovam: país precisa de política que garanta igualdade na disputa por vagas

forma de mudar a cor da elite.

– Por dignidade, nós, brasileiros, temos que pagar a dívida com a raça negra – acredita.

Outro ponto positivo apontado é que as cotas para alunos de escolas públicas podem levar estudantes de classe média a essas escolas

e, assim, garantir maior poder de pressão sobre os governos para melhorar a qualidade do ensino.

Em aparte, o senador Sibá Machado (PT-AC) afirmou que as cotas devem ser vistas apenas como uma medida transitória.

Cristovam enfatizou estar preocupado com o fato de que, ao se criarem novas cotas, “muitas vezes não são levadas em consideração as outras já existentes, dividindo o país em pedaços”. A isenção de impostos para determinados grupos de pessoas também foi criticada pelo senador.

– As corporações não têm visão de longo prazo e o país tem que ter. Além disso, as reivindicações, quando somadas, são maiores que a capacidade do país – apontou.

Demostenes questiona eficácia de método de alfabetização em 35 dias

Demostenes Torres (PFL-GO) criticou ontem experiências que estão sendo feitas no Brasil com a utilização de método de alfabetização desenvolvido em Cuba. Na Venezuela, o emprego da metodologia teria permitido erradicar o analfabetismo depois de campanha educacional de 49 dias, em 2004. O senador duvida dos resultados e considera uma temeridade a aplicação da mesma política no Brasil, iniciada por três municípios do Piauí, dentro do programa Brasil Alfabetizado.

– Com toda a bondade que se possa depositar na eficiência

do sistema educacional cubano, nem o excelentíssimo senhor presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguiria deixar seu semi-analfabetismo com sete semanas de escolaridade – afirmou.

Embora a Unesco tenha validado as estatísticas sobre a erradicação do analfabetismo na Venezuela, Demostenes observou que a própria instituição defende serem necessárias entre 850 a mil horas/aula como tempo mínimo para um padrão de qualidade adequado no ensino fundamental.

Demostenes citou reportagem veiculada pela Radiobrás informando que o método permite



Demostenes critica governo por adotar sistema cubano contra o analfabetismo

alfabetizar o aluno em 35 dias. Na notícia, segundo o parlamentar, é dito que no país há 15 milhões de pessoas que não sabem ler nem escrever, e o governo comunica que a metodologia encontra-se à disposição de todas as prefeituras, “como se fosse publicidade de medicamento para a calvície”.

Tourinho sugere atenção ao aumento da gasolina

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) pediu que os consumidores estejam atentos, porque “o aumento da gasolina deverá ser maior do que o anunciado pelo governo”. Ele adverte que a redução do percentual de álcool na gasolina de 25% para 20% apresentará forte impacto no preço da gasolina.

Tourinho teme ainda que as mudanças propostas pelo governo, às vésperas do Carnaval, possam ter outros desdobramentos. O senador disse que é preciso ficar



Tourinho: política de combustíveis não deveria ser baseada em acordo setorial

alerta, também, para o caso de o governo decidir subsidiar os combustíveis, pois estará beneficiando

apenas uma categoria: a que anda de carro, e que normalmente tem boas condições financeiras.

Segundo Tourinho, o setor de combustíveis é cercado de “evidentes cartéis”. Ele advertiu o governo para o perigo de se construir uma política de combustíveis baseada em acordo setorial, apenas com usineiros, por exemplo. O senador lembrou que esse erro ocorreu nos anos 80, durante a crise do álcool, e no ano 2000, e os acordos terminaram sendo descumpridos pelos usineiros.



Agripino adverte que a oleaginosa leva à exaustão do solo logo no segundo ano

Agripino acusa governo de vender ilusão com mamona

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), disse, em discurso no Plenário, que o governo federal está “vendendo gato por lebre” ao defender o programa de biodiesel e anunciar que a produção de mamona é a solução para o país. O senador informou que a plantação da oleaginosa leva à exaustão do solo logo no segundo ano, e que, depois, é necessário gastar muito dinheiro com adubo, o que torna impossível para o pequeno proprietário ter uma usina de biodiesel.

– Não sou contra o programa de biodiesel; sou engenheiro e conhecedor do assunto. Sou favorável ao biodiesel e ao álcool, claro, e isso começou há 40 anos. Sou contra iludir a opinião pública. Essa história pode ser a reedição do Primeiro Emprego, que ficou apenas nas manchetes dos jornais. E o presidente Lula vai estar no Piauí deitando falação, mas ele precisa falar a verdade.

Engano

Para Agripino, “o perigo é haver produtores desinformados empolgando-se com a propaganda enganosa”. Na sua opinião, os agricultores que decidirem plantar mamona vão “quebrar”, sem qualquer garantia.

O senador explicou ainda que a mamona fornece óleo de rícino, que é um laxativo forte e de altíssima qualidade. Desse óleo, contou, também podem ser produzidos fluidos de freios para aeronaves, que são muito caros e já foram fabricados no Rio Grande do Norte. A diferença entre a mamona e o álcool, observou, é que a cultura da cana-de-açúcar “é uma coisa natural no país e não exaure o solo, ao contrário da oleaginosa”.

– Então não me venham dizer que a mamona é a salvação da lavoura. Não se pode vender ilusões para o produtor, e estão vendendo. Não vou permitir que se faça isso – disse.

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) concordou com Agripino, afirmando que o representante potiguar domina o assunto.